

Rovena Rosa/Agência Brasil



Fachada do Master, em São Paulo: instituição foi liquidada pelo BC e é alvo de investigações de fraudes pela PF

CASO MASTER

BC decide manter sigilo do processo por oito anos

Segundo o órgão, a abertura imediata dos dados poderia representar risco ao interesse público, especialmente por possíveis impactos na estabilidade financeira

» FERNANDA STRICKLAND
» ROSANA HESSEL

O Banco Central do Brasil decidiu manter sob sigilo, pelo prazo de oito anos, os documentos relacionados à liquidação extrajudicial do Banco Master, decretada em 18 de novembro de 2025. A restrição fica estabelecida até novembro de 2033.

De acordo com a autoridade monetária, em sua justificativa, a abertura imediata dos dados poderia representar risco ao interesse público, especialmente por possíveis impactos na estabilidade financeira, econômica e monetária do país. A instituição também destacou na alegação que parte da documentação envolve atividades de inteligência e processos de fiscalização ainda em curso.

Nesse cenário, a divulgação antecipada poderia comprometer ações voltadas à prevenção e repressão de irregularidades no sistema financeiro.

Essa restrição foi estabelecida após pedido de acesso à informação feito pela CNN Brasil, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI). A classificação havia sido determinada em novembro de 2025 pelo presidente da autoridade monetária, Gabriel Galpoldo.

Além disso, a decisão do BC de impor sigilo foi questionada no Tribunal de Contas da União (TCU). No fim de março, o ministro da Corte de Contas Jhonatan de Jesus, relator das apurações sobre a atuação do Banco Central no caso, solicitou esclarecimentos formais sobre a necessidade da medida.

Procurado pelo **Correio**, o BC não comentou o assunto. Já o TCU enviou uma nota afirmando que “o processo TC 022.950/2025-7, de relatoria do ministro Jhonatan de Jesus, está classificado como sigiloso, e sobre ele não há, no momento, decisão do Tribunal ou informações públicas disponíveis”. Em despacho assinado em 24 de março, o ministro requisitou que o BC detalhe quais trechos do processo exigem restrição de acesso, além de questionar a possibilidade de liberação integral ou parcial dos documentos. A iniciativa abre margem para uma eventual revisão da classificação de sigilo.

No entanto, a liquidação do Banco Master e várias subsidiárias

pelo BC provocou um rombo de quase R\$ 52 bilhões no Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e as fraudes envolvendo o conglomerado do ex-banqueiro Daniel Vorchero com o Banco de Brasília (BRB), conforme as investigações da Polícia Federal (PF) na Operação Compliance Zero, deflagrada no mesmo dia da liquidação do Master, identificaram, pelo menos, R\$ 12,2 bilhões na venda da carteira de créditos podres ao BRB.

Suspeitas de omissão

Vale lembrar que vários documentos das representações do Ministério Público junto ao TCU sobre o caso Master enviados para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, e que ainda estão sendo analisadas pelos parlamentares, apontam omissão do BC na fiscalização das operações do Master.

Apesar das críticas dos procuradores à demora do BC para agir no caso das fraudes do Master, o posicionamento do ministro Jhonatan de Jesus tentando enquadrar o Banco Central, acusando a autoridade monetária de ter agido com “pressa” ao liquidar o Banco Master, não foi muito compreendido dentro do próprio TCU até hoje. Além disso, a defesa para a aprovação do negócio feita pelo então governador do DF, Ibaneis Rocha (MDB) — que acaba de licenciar-se do cargo para disputar as eleições — era feita com entusiasmo no começo, mas, depois, ele mudou o tom, também chama a atenção de técnicos que acompanham o caso.

“Se comprar o Master fosse bom negócio, algum banco privado já teria comprado. Não seria o BRB que iria comprar. Banco público só aparece nessas horas para passar o mico para os cidadãos”, disse uma fonte próxima às investigações. Segundo ela, o consenso entre técnicos do TCU foi de que o BC foi omissivo na fiscalização e “ficou assistindo o Master descumprir as regras de depósito compulsório por mais de um ano, enviando vários ofícios, com advertências”. “Isso não é atuação de um BC diligente. Tudo o que o BC não foi foi precipitado. Pelo contrário, chegou super atrasado”, destacou um especialista ligado ao Judiciário que pediu anonimato.

Depoimentos de funcionários do BRB

Depoimentos prestados por funcionários do Banco de Brasília (BRB) à Polícia Federal (PF) apontaram indícios de fraude intencional na compra de carteiras de crédito do Banco Master. As oitivas fazem parte do inquérito que investiga possíveis irregularidades na operação, também analisada pelo Banco Central. Os servidores foram ouvidos na condição de testemunhas e relataram que falhas identificadas posteriormente já haviam sido previamente sinalizadas em auditorias internas. Segundo os depoimentos, mecanismos de controle e práticas de compliance chegaram a ser recomendados, mas não teriam sido adotados pelo então diretor de Finanças e Controladoria do BRB, Dario Oswaldo de Garcia Junior.

De acordo com as informações confirmadas pelo **Correio**, os funcionários integravam equipes técnicas responsáveis por análises internas e eram subordinados diretamente ao ex-diretor, que deixou o cargo após a repercussão do caso. Eles afirmaram que alertas sobre riscos e inconsistências na operação foram registrados, mas não

resultaram em mudanças nos procedimentos adotados.

Nos depoimentos, os servidores afirmam que “havia sinais de intencionalidade” nas operações analisadas, o que levanta suspeitas de fraude. Os funcionários também afirmaram que vinham alertando há tempos sobre os riscos de irregularidades, mas que foram completamente ignorados pela diretoria responsável. Segundo os investigadores, os relatos reforçam a hipótese de que houve descumprimento deliberado de normas internas de segurança e governança. Esse conjunto de elementos, segundo fontes ligadas ao caso, enfraquece a possibilidade de erro operacional e sustenta a linha de investigação voltada para fraude.

A apuração também busca esclarecer se houve favorecimento indevido na aquisição das carteiras de crédito e quais foram os impactos financeiros para a instituição pública. A defesa de Dario Oswaldo de Garcia Junior não se manifestou sobre o conteúdo dos depoimentos. (FS)

APOIO

Secretaria de Turismo
GDF

SUS 35 ANOS
MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

REALIZAÇÃO

AG EVENTOS

INSTITUTO RIO TEAMA

TRANSFORMANDO VIDAS PELO CONHECIMENTO

Brasília TEAMA 2026

O MAIOR EVENTO SOBRE AUTISMO DO CENTRO OESTE

08 a 10 ABRIL / 2026

MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA
SCTS LOTE 2 - PLANO PILOTO, BRASÍLIA - DF

Inscreva-se!
WWW.BRASILIA TEAMA.COM.BR/

PROTECTOR BRONZE

tecnologia

Napja Queros

Yemen BEINCAE

sabin Diagnóstico e Saúde

FACULDADE Unyleya

APRO

Alunos Baby

CORREIO BRAZILIENSE

AL PARTNER

FalaMais.AI